



Ambos os lados agora

Paul Mattick Jr.

Original em: <https://brooklynrail.org/2021/06/field-notes/Both-Sides-Now>

Numa ocasião que ficou gravada na minha memória, o Reitor de Artes e Ciências da Universidade de Brandeis (ele próprio um arquitecto do programa "Strategic Hamlet" no Vietname para o exército americano) censurou o Professor Herbert Marcuse numa reunião da faculdade por ter falado numa manifestação contra a guerra: É um dever intelectual e académico, argumentou, reconhecer os dois lados das questões em disputa. Marcuse levantou-se. "Qual é o outro lado da discussão sobre Auschwitz?"

Dadas as circunstâncias, isso silenciou o reitor. Claro que *havia um* outro lado do argumento - os nazis tinham-no feito durante décadas. O argumento de Marcuse era que a invocação de duas perspectivas possíveis era uma estratégia de má fé para contornar questões políticas intratáveis.

Lembrei-me desta troca de ideias ao seguir os esforços do *New York Times* para conseguir um "equilíbrio" jornalístico na sua discussão sobre o último surto de hostilidades entre Israel e os palestinianos. Em reconhecimento perverso do ponto de vista de Marcuse, o *Times* - *apesar da* sua recém-descoberta preocupação com a equidade e a sensibilidade racial - não consegue realmente reunir o "outro lado" para a defesa dura do colunista Brett Stephens de Israel e da sua política de violência estatal. Até à data, não há nenhum ensaio do Guest Essay a questionar "o direito de Israel a defender-se", como diz a frase oficial. Em vez disso, como expressão quase perfeita do desejo de equilíbrio, temos um artigo de opinião de Yossi Klein Halevi, do Instituto Shalom Hartman de Jerusalém, autor de *Cartas ao meu vizinho palestiniano*. Falando da "tensão" entre as reivindicações oficiais de Israel de ser simultaneamente judeu e democrático, ele "insiste em manter ambas". "Os judeus têm de (...) assegurar aos árabes que 'israelita' não é sinónimo de 'judeu'. Os árabes precisam de aceitar o facto de que Israel não abandonará a sua identidade e os seus compromissos judaicos.¹ "

¹ Yossi Klein Halevi, "Israel's Real Existential Threat", *New York Times*, 17 de Maio de 2021.

O equilíbrio aparece aqui claramente como um estreitamento inerente das possibilidades. E, mais ainda, como autocontraditório: para que "israelita" deixe de ser sinónimo de "judeu", Israel teria de abandonar a sua "identidade judaica" e tornar-se um Estado não definido em termos religiosos ou étnicos - precisamente os termos definidos pelo parlamento israelita em 2018, quando aprovou uma lei que declara Israel o "Estado-nação do povo judeu". Se não fosse o Estado judaico, mas (como solicitado num ensaio convidado do *Times* por Yousef Munayyer) um Estado que garantisse "direitos iguais [para judeus e árabes] num único Estado", poderia muito bem ser apenas a Palestina².

Palestina seria um nome melhor, claro, reflectindo a história de uma antiga entidade geográfica com uma população complexa, dominada socialmente no século XIX por uma elite de muçulmanos e cristãos de língua árabe e controlada politicamente primeiro pelo Império Otomano e depois pelo Império Britânico. Israel surgiu na Palestina a partir de colonatos de judeus sionistas, com início na década de 1880. Em 1947, as Nações Unidas criaram um território especificamente judeu, a par de um território árabe; a rejeição desta divisão pelo Comité Superior Árabe conduziu à guerra que terminou com a criação de Israel em 1948, preparando o terreno para a sua expansão contínua, através de uma série de guerras, para grande parte do território da Palestina histórica.

² Yousef Munayyer, "This Moment is Different", *New York Times*, 19 de Maio de 2021.



Rapaz na Faixa de Gaza. Foto: Hosny Salah.

A centralidade da limpeza étnica na criação de Israel é típica da formação dos Estados-nação modernos. O longo processo de criação do Reino Unido, por exemplo, incluiu a colonização escocesa-inglesa da Irlanda, a subordinação da "raça irlandesa" e a venda de dezenas de milhares de irlandeses nativos como escravos. Os Estados Unidos da América surgiram directamente da limpeza do continente dos seus habitantes originais; quando foi necessário importar novas fontes de trabalho subordinado, estas foram explicitamente definidas como uma população à parte da cidadania (e, na verdade, como contando apenas três quintos de um ser humano americano). Com o desmembramento do Império Otomano, a recém-formada Turquia matou o maior número possível de habitantes arménios, enquanto as dores de parto da Grécia envolveram a expulsão de turcos e de outros "não gregos". A criação da Índia e do Paquistão, através da partilha, foi uma dupla limpeza étnica, com os habituais massacres. A criação de um Estado judeu implicou naturalmente a expulsão dos não judeus e a imposição de um sistema de apartheid aos que ficaram, bem como aos habitantes dos territórios palestinianos ocupados depois de 1967.

Não seria mais um "problema" do que a expulsão da etnia alemã da Checoslováquia após a Segunda Guerra Mundial, ou o assassinio em massa de polacos e ucranianos em territórios tomados durante a guerra pela URSS (uma questão que não foi

levantada em Nuremberga), se não fossem os palestinianos que se recusam a sofrer a opressão quotidiana, para além da perda das suas casas e terras ancestrais, para não falar dos interesses geopolíticos de várias outras nações numa área que durante muito tempo foi a maior fonte de petróleo do mundo, bem como de importantes rotas de transporte marítimo. Actualmente, os governantes de Israel, que há muito abandonaram o esforço de gerir a população de língua árabe da Cisjordânia através de uma espécie de bantustão - a "solução dos dois Estados" - não podem aceitar uma "solução de um Estado" que mantenha os procedimentos democráticos normais. A democracia com uma minoria judaica acabaria com todo o objectivo de Israel como Estado judeu. Para estes governantes, tal como para os media americanos, o equilíbrio está fora de questão; só uma manutenção cada vez mais militarizada do status quo pode manter o Estado existente em actividade.

De facto, só há uma solução para o problema - mais propriamente, para o sistema social de exploração, racismo, guerra, desigualdade e corrupção pública que Israel partilha com todas as outras nações de peso suficiente: a solução de não-Estado. A função de cada Estado nacional é salvaguardar este sistema social de desigualdade e propriedade privada, com as peculiaridades locais que ornamentam essa estrutura. Se aceitarmos o sistema, ficamos presos ao Estado, e à pluralidade de Estados, tendencialmente em conflito, uma vez que os seus interesses políticos e económicos se esfregam uns contra os outros. Este é o verdadeiro "outro lado" da questão, aquele que não é falado em público. Mas, por muito difícil que seja para as pessoas - e não apenas para os editores do *Times* - levar esta ideia a sério, é assim que as coisas são.